

De transmissor a narrador: desconstrução de estereótipos sobre jornalistas

From transmitter to narrator: deconstructing stereotypes about journalists

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo



RENATO ESSENFELDER¹

RESUMO

O artigo discute a presença, ainda hoje, de um estereótipo historicamente arraigado no campo jornalístico: o de que os jornalistas de mercado são homens de ação enquanto os pesquisadores em Jornalismo são homens de reflexão – os primeiros, ágeis, porém superficiais, os segundos, lentos, porém profundos. Alerta para as implicações dessa visão em sala de aula e na sociedade em geral e conclui pela necessidade de os docentes desafiarem esta perspectiva, sob a qual se esconde a ideia de que o jornalista não é um verdadeiro narrador da contemporaneidade, e sim uma máquina de retransmitir discursos prontos.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino de Jornalismo. Jornalismo. Estereótipo. Complexidade.

ABSTRACT

The paper discuss the presence of a historically strong stereotype associated to the journalistic field: the idea that journalists are men of action, while researchers in journalism are men of thought. According to this stereotype, men of action are agile, however superficial, while men of thought are slow to act but deep. The article alerts to the implications of this perspective in the classroom and in society in general and concludes by the need for teachers to challenge this view, under which lurks the idea that the journalist is not a real narrator of the contemporary, but an always-on machine, ready to retransmit speeches.

KEYWORDS

Journalism education. Journalism. Stereotype. Complexity.

Recebido em: 30/09/2015. Aceito em: 24/04/2016.

¹ Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do mestrado profissional em Produção Jornalística e Mercado da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). E-mail: renato.essenfelder@espm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4261095460481121>.

1 INTRODUÇÃO

Nas salas de aula, como na sociedade, muitas vezes professores e alunos, inadvertidamente, propagam estereótipos – generalizações grosseiras sobre a realidade que em nada contribuem para uma melhor compreensão do mundo.

Apenas a título ilustrativo, cabe citar uma dinâmica recente² em sala de aula, em que questionamos duas turmas do quarto semestre do curso de Jornalismo da ESPM-SP a respeito de quais associações faziam à palavra 'jornalista'. Num exercício livre, solicitamos que primeiro escrevessem em um papel a maior quantidade de palavras que vinham à mente quando ouviam a expressão. Na sequência, pedimos que se reunissem em pequenos grupos, contendo de três a cinco alunos, e chegassem a uma lista de estereótipos comuns ao grupo. Por fim, em plenário, a sala inteira compartilhou suas listas e finalmente concordou a respeito de um certo conjunto de expressões correlatas.

Eis as palavras marcadas pelos estudantes: *repórter, editor, redator, investigador, detetive, persistente, comunicativo, extrovertido, curioso, atento, rápido, ágil, crítico, contestador, desconfiado, mediador.*

A dinâmica em sala de aula, exercida sem pretensão científica e com um universo bastante limitado, tem naturalmente cunho apenas ilustrativo. As indicações apontadas, contudo, conforme pretendemos demonstrar neste artigo, dialogam com o campo semântico de um estereótipo comumente associado aos jornalistas: o de profissionais de *ação* – detetives ágeis, curiosos incansáveis –, em detrimento da *reflexão*.

Mais do que explicitar a antiga dicotomia entre academia e mercado, entretanto, tais associações indicam a forte predominância, em pleno século XXI, do paradigma *difusionista* e do "signo da explicação" do mundo, noções que, na crítica de Cremilda Medina (2006, p. 9), urgem ser substituídas por uma relação mais rica e complexa com a sociedade, expressa no que chama de "signo da relação", ou seja, na dialogia.

Dimas Künsch (2000, p. 14) encampa a mesma causa da pesquisadora ao identificar uma "falência do discurso conceitual", que, em sua opinião, não se

² A dinâmica aconteceu durante o mês de agosto de 2015 e compreendeu duas turmas de cerca de 25 alunos cada uma da disciplina *Grande Reportagem*, que o autor ministra na ESPM-SP.

limita ao campo da comunicação. Indo além, Künsch identifica verdadeira “doença paradigmática” na relação do jornalista com o mundo, pautada, em essência, por uma espécie de explicativa simplificadora – relação esta que, por sua vez, satisfaz plenamente o entendimento predominante do que significa ser jornalista. Mas tal moléstia paradigmática não se restringe ao campo da comunicação. No dizer de Künsch:

As práticas educativas, médicas, jurídicas, políticas ou domésticas padecem da mesma doença paradigmática. Os comportamentos autoritários, como expressão do mal, encenam o vetor de única direção – o gesto se consagra em um lugar de poder e daí é distribuído para um lugar de opressão, ignorância ou alienação. Paradigma difusionista, comportamentos impositivos refletem, por sua vez, uma visão de mundo engessada em dogmas pouquíssimo permeáveis à vitalidade e às contradições humanas. (2000, p. 14).

A perspectiva do jornalista como homem de ação, detetive incumbido de dissecar o mundo, coincide, ainda, com a literatura a respeito. Nilson Lage (2009, p. 9) enfatiza que a noção do *jornalista* entendido exclusivamente como *repórter* – o homem que vai ao mundo colher informações sobre eventos de interesse público – prepondera entre leigos e mesmo entre profissionais da área.

Indo além, Rodrigues afirma que a relação do discurso jornalístico com a “verdade fiel dos fatos” leva a

representações, imagens, estereótipos de jornalistas como seres dotados de superpoderes, ao mesmo tempo disfarçados de homens comuns, com seus ouvidos especialmente talhados para captar em qualquer sussurro da cidade uma verdade escondida, um fato que os outros discursos (o político, o religioso, o jurídico etc.) teriam esquecido ou desfigurado. Tais estereótipos, por vezes, constroem para o jornalista uma espécie de paratopia, em que é preciso gerir um duplo pertencimento: o jornalista é jornalista não por opção, mas por um chamamento, um ser incansável, que tem uma “missão”. (2013, p. 165).

Mas quais os perigos dessa associação entre jornalistas e heróicos profissionais de *ação* dentro dos espaços de estudo do jornalismo e o que o docente pode fazer diante desse cenário?

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O jornalista como homem de ação

A associação entre jornalistas e profissionais de ação (*investigador, persistente, ágil, curioso, rápido, atento*) não é nova nem restrita ao Brasil. A pesquisadora Barbara Philips em estudo nos Estados Unidos (1976), apontou que a maioria dos jornalistas pesquisados se identificava, então, como homens de “ação”, e não “pensadores”.

Ou seja, os jornalistas se consideram, em vários aspectos, como opostos aos acadêmicos. Enquanto pesquisadores procuram regularidades e padrões entre acontecimentos para deles, muitas vezes a partir de uma reflexão puramente teórica, extrair leis universais, os jornalistas seriam pragmáticos e forçosamente preocupados com a opressão de *deadlines*. Ou, nas palavras de Barbara Philips, o jornalista seria como o empírico primitivo de Claude Lévi-Strauss, aquele que opera na lógica do concreto, seguindo mãos e olhos.

A socióloga Gaye Tuchman (1972, 1978), autora de importantes estudos sobre hábitat e hábitos jornalísticos também nos anos 1970, concluiu complementarmente que a cultura profissional dos jornalistas privilegia o saber instintivo – que aqui frequentemente chamamos de *faro, instinto, alma* ou *espírito* de repórter – em relação ao saber reflexivo.

Ou seja, historicamente é um preconceito reforçado de ambos os lados, nas duas frentes: acadêmicos (e seus discípulos) afirmam que jornalistas são operários da notícia, enquanto estes acreditam que os intelectuais são passivos e lentos, incapazes de agir.

No Brasil, Travancas, em estudo etnográfico em redações, observou como a noção de velocidade é valiosa aos jornalistas, que consideram a *lentidão* o maior dos pecados. Segundo a autora:

Se o tempo é importante em qualquer profissão, é fundamental para o jornalista. Este trabalhador explicita a dimensão do tempo com sua produção, apuração e redação de notícias. A notícia se define pela novidade, pelo que é novo, sendo, portanto, o tempo que transforma o novo em velho, a novidade em conhecimento. (1993, p. 34).

Travancas traça ainda um paralelo entre jornalistas e médicos no que se refere a essa dimensão específica da temporalidade:

O jornalista, de certo modo, não é “dono” do seu próprio tempo: este não lhe pertence, e sim à carreira. E neste sentido pode-se estabelecer um paralelo com os médicos, que também não podem dispor à vontade de seu tempo. Até as expressões se assemelham: trabalhar nos fins de semana ou feriados em jornal é “dar plantão”, e não trabalhar nesses dias significa “ter folga”, sem falar no fato de que amiúde o jornalista não pode sair cedo em dias de eventos importantes, pois precisa ficar de prontidão, aguardando novidades, como o médico com paciente grávida ou doente no CTI, que precisam de acompanhamento em tempo integral. (1993, p. 34).

Os jornalistas, completa, parecem viver em um outro tempo, mais acelerado. Um tempo de ação incessante.

Essa relação parece alimentar o estereótipo segundo o qual, no jornalismo, é preciso primeiro *fazer*, depois, *pensar*. Tal dicotomia de saberes, contudo – ação e reflexão –, não pode mais ser vista com complacência pelo docente de jornalismo, que muitas vezes propaga esse estereótipo, até como forma de estabelecer o seu território na disputa pelo campo jornalístico.

Mas, persistindo a dicotomia, aceitando-se a versão do jornalista que ‘faz sem pensar’, *pari passu* corre-se o risco de reduzir o homem a uma máquina, observando o jornalismo sob a ótica utilitária mais rasteira e, em última instância, limitando o papel do comunicador ao de divulgador de informações (o paradigma doente a que Medina e Künsch se referem). Por fim, e mais grave, esse raciocínio conduz a uma visão míope da comunicação como um processo linear (unidirecional) e mecânico.

Sobre este último problema, Fausto Neto escreveu:

A ampliação de novas possibilidades teóricas para mover os protocolos de interação, com base no conceito de mediação, significa, por exemplo, o reconhecimento dos limites desses velhos paradigmas condutivistas da comunicação. Tal reconhecimento supõe constatar, igualmente, que os padrões e os processos de produção e de recepção de informação são, desta feita, muito mais complexos, porque são operados por uma conjugação de forças, atores, tecnologias e realidades situacionais mais amplos e cruciais do que o velho modelo de oferta/recepção = efeitos. (1999, p. 13).

Interessante, nesse sentido, é a perspectiva de Cremilda Medina, que na década de 1980, no livro *Profissão jornalista: responsabilidade social* também alertava para a divisão arbitrária e perniciosa que tanto academia quanto

De transmissor a narrador: desconstrução de estereótipos sobre jornalistas

mercado estabeleciam entre *jornalistas fazedores* e *acadêmicos pensadores*. Na obra, a pesquisadora reivindica, em linha com sua própria trajetória biográfica (uma jornalista de mercado que se converteu em fecunda pesquisadora), uma abordagem mais complexa para a questão. Reconhece diferenças na natureza da produção de ambos os profissionais, jornalistas e acadêmicos, porém as atribui mais ao conjunto de circunstâncias profissionais do que à capacidade intelectual ou à disposição à ação por um ou por outro:

Dos comunicadores – na vida ativa de exercício profissional ou na vida científica de pesquisa e planejamento (muito raros) – **é difícil surgirem textos reflexivos, uma vez que as tarefas de ordem imediata absorvem a escassa mão de obra da comunicação coletiva.** Os profissionais envolvidos na produção de informações vigente – todo o aparato da indústria cultural emergente na América Latina – estão, **por contingência do próprio fenômeno, trabalhando sob pressão do tempo.** Pouco sobra para lazer pessoal, quanto mais para a reflexão analítica. E os pesquisadores, planejadores, professores (em geral, patrocinados pelas universidades) estão abrindo frentes de trabalho pioneiro e são muito poucos para uma tarefa tão ingrata e pesada. (1982, p. 16, grifos nossos).

36 |

Não se trata, portanto, de falar de características de jornalistas, como tanto se faz em sala de aula, até num espírito lúdico, mas sim problematizar as condições de produção do jornalismo brasileiro – que, hoje mais ainda, com o advento da internet e de suas extensas reportagens multimídia, além da popularização dos livros reportagem, podem perfeitamente abarcar o esforço rigoroso e de fôlego do pesquisador.

Se para muitos pesquisadores essa discussão parece superada, o levantamento do estado da arte em pesquisas sobre Jornalismo no Brasil efetuado por Strelow (2011) mostra que a realidade é outra. A autora realizou um levantamento compreendendo 853 textos de 17 periódicos do decênio 2000-2010 e observou que os temas “Identidade jornalística” (16 artigos) e “Ensino do Jornalismo” (14 artigos) estão no fim de uma lista encabeçada por “Jornalismo digital”, “Discurso jornalístico” e História do Jornalismo” – temas que foram o foco de, respectivamente, 81, 65 e 61 artigos no período.

Após o tratamento dos dados, a autora conclui que, por um lado “as rotinas produtivas em jornalismo constituem a base de um número representativo de trabalhos, em uma tentativa de fazer dialogar academia e

mercado, de produzir ciência olhando para a realidade”, mas, por outro “embora tenha crescido o interesse pelo estudo das rotinas produtivas, a pesquisa em jornalismo no Brasil segue com escassa relação com o mercado de trabalho. Intensificar essa relação para fazer valer a prática científica é um dos principais desafios os quais precisamos nos impor.” (STRELOW, 2011, p. 86-87).

2.2 A perspectiva das novas diretrizes curriculares

Uma das principais novidades no campo do ensino de Jornalismo nos últimos anos adveio da homologação das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo, em 2013 (BRASIL, 2013), que estipularam prazo até 1º de outubro de 2015 para que todas as escolas do país se adequassem às suas instruções.

O documento vinha sendo elaborado desde 2009, por comissão nomeada pelo então ministro da educação, Fernando Haddad, e presidida pelo professor José Marques de Melo. Ao longo desses cinco anos entre a criação do grupo de trabalho e a publicação das diretrizes, integraram-na também os professores Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Lucia Araújo, Luiz Gonzaga Motta, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira.

Ao ‘divorciar’ o campo do Jornalismo da área da Comunicação, conferindo-lhe status independente nas faculdades e instituindo o bacharelado em Jornalismo, as diretrizes suscitaram antagonismos profundos, conforme observa Fernanda Lima Lopes. Uma das principais luzes no debate que se seguiu à homologação, ilustra a pesquisadora, foi efetivamente no sentido de enriquecer o velho, mas não ultrapassado, debate entre teoria e prática do jornalismo. Esse enriquecimento se deu principalmente no sentido de enfraquecer a perspectiva dicotômica predominante no debate:

É bem verdade que essa questão nunca foi dual, mas, durante bastante tempo, o silenciamento de certos conflitos e ambiguidades internas ao campo acadêmico da comunicação ajudou a revesti-la de uma aparente dualidade. Na contemporaneidade, contudo, diante das disputas acadêmicas, dos esforços políticos, das investidas epistemológicas em busca da sedimentação do jornalismo como campo de conhecimento e também perante um novo contexto comunicacional, vem sendo paulatinamente desvelada a heterogeneidade das concepções de teoria, bem como das

De transmissor a narrador: desconstrução de estereótipos sobre jornalistas

compreensões do que seja a prática do jornalismo. (LOPES, 2014, p. 114).

Ainda segundo Lopes, que realizou um estudo tendo por base as discussões que se seguiram à divulgação das diretrizes – opondo entidades como SBPJor, apoiadora do documento, e Compós, crítica a ele, por exemplo –, cada um dos polos dessa controvérsia “acusou o outro de promover a desconexão entre teoria e prática” (2014, p. 111). O decurso do embate acabou revelando, nesse sentido, entendimentos distintos do que é teoria e do que é prática.

Segundo relato de Meditsch (2014) publicado no site *Observatório da Imprensa*, o presidente da comissão das novas diretrizes enfatizou que até hoje os cursos de Jornalismo não reataram elos com o mercado implodidos desde a implantação dos cursos de Comunicação no país:

O presidente da Comissão, professor Marques de Melo, lembrou o sentido das novas diretrizes diante das necessidades da sociedade brasileira de formar jornalistas capacitados a lidar com os desafios colocados para a profissão neste momento histórico da democracia brasileira. Lembrou que a transformação dos Cursos de Jornalismo em Cursos de Comunicação foi uma imposição da ditadura militar orientada por objetivos da Guerra Fria, e que embora a área acadêmica tenha superado aquelas orientações voltadas para o controle social em seu desenvolvimento histórico, a estrutura dos Cursos de Comunicação com suas habilitações até agora não recuperou o elo entre a produção acadêmica e a prática que foi perdido naquele momento, e em consequência não dá conta de maneira satisfatória das necessidades de formação de jornalistas para atuarem numa sociedade democrática. (MEDITSCH, 2014).

Lopes lembra que, na perspectiva da comissão, que enxerga no jornalismo um campo de conhecimento autônomo, “a teoria é, em primeiro lugar, uma teoria do jornalismo”, direcionada ao aprimoramento e à crítica da prática profissional. Já na visão que postula o lugar do Jornalismo como habilitação do curso de Comunicação Social, “o que é entendido como teoria aplica-se a quaisquer outras dimensões teóricas que forneçam ao estudante um arcabouço intelectual para desenvolver uma visão crítica do jornalismo” (2014, p. 111), ou seja, o tronco humanístico formado por Sociologia, História, Política, Ética, Filosofia e outras disciplinas – formação que é considerada acessória pelos defensores das diretrizes. “Um jornalista precisa antes conhecer a

realidade do que conhecer conceitos de outras ciências humanas. Os conceitos são úteis como ferramentas na medida em que sirvam para ajudá-lo a conhecer e interpretar a realidade.” (MEDITSCH, 2014).

Em seu relato sobre as diretrizes, o professor da UFSC é enfático ao criticar os parâmetros curriculares anteriores, que situavam o jornalismo como habilitação da Comunicação Social:

Evidentemente, um curso de graduação de quatro anos não pode formar para tudo o que seus egressos possam a vir querer fazer em suas vidas profissionais, principalmente se for fora da profissão. Essa pretensão foi o erro da **malograda concepção do “comunicador polivalente”** que confundiu tanto a nossa área acadêmica, e deixou suas marcas até hoje em termos de obscurantismo conceitual **com consequências funestas para a integração entre teoria e prática**. A falta de clareza teórica sobre o jornalismo [...] resultado da ausência de foco da teoria da comunicação obstaculizou até hoje um debate necessário no campo sobre a natureza da assessoria de imprensa e de como se relaciona efetivamente com os fundamentos do jornalismo. É um debate a ser aprofundado **no ensino e na pesquisa em jornalismo a partir de agora focados prioritariamente em seus próprios problemas teóricos**. E o debate desses problemas teóricos deve estar presente necessariamente **nos eixos que preparam o estudante para a prática**. (MEDITSCH, 2014, grifos nossos).

As diretrizes versam sobre a prática jornalística em três eixos (IV, V e VI), valorizando-a. O Eixo IV, de formação profissional, “objetiva fundamentar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes com os processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística”. O Eixo V, “de aplicação processual”, tem por meta “fornecer ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, de modo que possa efetuar coberturas em diferentes suportes”. Por fim, o Eixo VI, de prática laboratorial

tem por objetivo adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores. Possui a função de integrar os demais eixos, alicerçado em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros. (BRASIL, 2013).

Nos debates que se seguiram à homologação das novas diretrizes, conclui Lopes,

De transmissor a narrador: desconstrução de estereótipos sobre jornalistas

foi possível notar a permanência da tensão teoria *versus* prática. Mas, pelas análises mais cuidadosas das falas manifestadas em diferentes ocasiões, é perceptível que os novos rumos da discussão atual se direcionam para uma exacerbação do conflito jornalismo *versus* comunicação. (2014, p. 113).

Ou seja, ainda que antiga, a dicotomia permanece, segundo observa Lopes e segundo nossa experiência em sala de aula (e também na indústria jornalística nacional) parecem confirmar. Já passa da hora, portanto, de avançarmos em direção à conciliação dos paradigmas de 'jornalista de ação' e de 'acadêmico de reflexão' rumo a uma noção mais completa, e mais complexa, dos profissionais da área. Nesse sentido, o trabalho parece começar, necessariamente, nas escolas que formam jornalistas, nas quais o jornalista ainda é frequentemente associado ao paradigma da difusão fria e mecânica de notícias.

2.3 O jornalista como 'máquina de notícias'

40 |

Tendo constatado sua persistência, inclusive nas controvérsias ainda vivas que rondam a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013, cabe perguntar mais incisivamente: mas por que o estereótipo do *jornalista que faz* e o do *acadêmico que pensa* é tão nocivo e porque a manutenção da dualidade simples, que vigora ainda fortemente nos debates sobre o tema, prejudica o campo?

A resposta passa por uma segunda associação pífida. Cabe perguntar: o jornalista que *faz*, faz o que? A resposta, provavelmente, aprofundará certo aspecto profundamente negativo: o de que o jornalista faz, executa, sem pensar, como uma máquina, a sua tarefa primordial de *transmitir informação*.

Então surge outro problema.

A noção condutivista do processo comunicacional e a ideia do jornalista como mero divulgador de informações são fortemente repudiadas por pesquisadores como Medina. Em *O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos* (2006) aparece sintetizada a sua noção do jornalista como um produtor cultural simbólico de narrativas da contemporaneidade. Para a pesquisadora, a lógica do jornalista-divulgador deve ser substituída por uma noção mais profunda e compreensiva de comunicação, que pressupõe a

dialogia social – ou, no dizer da autora, a passagem do *signo da divulgação* para o *signo da relação*.

A narrativa, definida por Medina como a resposta do homem diante do caos, transformando-o em cosmos, será, assim, não apenas complexa, mas afetuosa e poética:

Uma definição simples de narrativa é aquela que a compreende como uma das respostas humanas diante do caos. Dotado de capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, o *sapiens* organiza o caos em um cosmos. O que se diz da realidade constitui uma outra realidade, a simbólica. Sem essa produção cultural – a narrativa – o humano não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida. Mais do que talentos de alguns, poder narrar é uma necessidade vital. (2006, p. 67).

A visão do jornalista como máquina, como aquele que faz, executa pautas pré-estabelecidas, reduz e enfraquece não apenas o profissional, mas empobrece a visão de mundo dos alunos. Poderíamos chamar esse entendimento, no vocabulário de Medina, de técnico-burocrático, fruto de uma gramática estratificada. Diz a autora:

A razão treinada para resultados imediatos perde a força do afeto e não dá margem a um *insight* criativo. No fundo, essa é a marca de autor que se aspira: contar sua história ou a história coletiva de forma sutil e complexa, afetosamente comunicativa e iluminando no caos alguma esperança do ato emancipatório. [...] No âmbito da complexidade, pouco há que fazer se a emoção solidária e a criação estética não estimularem uma razão luminosa no lugar da razão técnico-burocrática, movida pelo arsenal de gramáticas estratificadas. Ainda que afetuoso o gesto, este não resulta numa ação solidária se não for *informado* pelo repertório e pela disciplina racionais e pela pesquisa estética. E a poética só explode no ato de comunhão, como dizia Octavio Paz. Comunhão, a plenitude da comunicação, ocorre na tríplice tessitura da ética, técnica e estética. (2006, p. 68).

O docente de Jornalismo, cremos, deve ter clara a distinção entre o *transmissor de informações*, paradigma já exausto, que não convém reproduzirmos, e sim desafiarmos, e o *autor-narrador*, criador de mundos. No âmbito do jornalismo – e nas mãos, corações e mentes dos jornalistas – a necessidade se torna premente: é o mediador social quem em primeiro lugar tem a responsabilidade autoral de criar, renovar e administrar a realidade circundante.

De transmissor a narrador: desconstrução de estereótipos sobre jornalistas

Se vamos ensinar jornalismo, vamos centrar esforços na transmissão de informações, considerando nossos estudantes como máquinas reproduzir falas, ou na formação de narradores (esta tão desafiadora quanto recompensadora)? Conforme escreve Márcia Blasques:

As narrativas carregam consigo as dificuldades racionais, intuitivas e operacionais dos seres humanos. O aprendizado dos sistemas narrativos, a necessidade vital de sensibilizar-se constantemente diante do mundo, a ação de escrever e a capacidade de manter viva a dialogia da escrita coletiva são desafios que os jornalistas – enquanto autores e mediadores sociais – enfrentam todos os dias. Esses aspectos da profissão ganham novas dimensões e apresentam novas fronteiras a atravessar quando se trata da escritura para mídias digitais. Se a gramática que rege a profissão, tecida há séculos, já não satisfaz os jornalistas que se dedicam às mídias tradicionais, a questão se amplifica no novo meio que, até agora, pouco fez além de reproduzir os padrões já conhecidos. (2010, p. 97).

42 |

Como de costume, também neste caso, diante da desgastada oposição entre teoria e prática, reflexão e ação, a complexidade do real se impõe sobre elucubrações positivistas já insustentáveis nas ciências. Trabalhar em sala noções que se articulam na antítese direta entre jornalismo e reflexão é contribuir para o fortalecimento de uma abordagem reducionista da realidade, que pode se espriar para outras práticas do aluno – que possivelmente desde pequeno já é incentivado à visão positivista partitiva, repleta de oposições simples e de relações causa-efeito.

Mais sintonizadas aos tempos atuais são as vozes que questionam: qual a diferença mais profunda entre o jornalista e o intelectual, o sociólogo, o antropólogo – o cientista social ‘sério’?

A opressão do tempo (o *deadline*), em geral mais curto para o jornalista, pode ser uma resposta, mas, quanto ao pensamento superficial, há controvérsia. Não parece haver uma necessária superficialidade (como se mal inerente à atividade jornalística) no trabalho jornalístico.

2.4 O intelectual da adversidade

No entender de um renomado pensador brasileiro, a propósito, o jornalista é uma espécie de *intelectual de condições adversas*. Assim disse Florestan Fernandes em depoimento ao jornal universitário da ECA-USP em

1976 (apesar de ser uma fala no contexto da Ditadura Militar, acreditamos que traz uma contribuição ainda atual): “O jornalista é o intelectual que se defronta com o cerceamento mais profundo e destrutivo de sua capacidade de trabalho”. E completa, criticamente:

O que corre entre nós é que em ambos os níveis a sociedade brasileira reage de forma restritiva à atividade do jornalista, quer bloqueando a percepção de seu significado específico, quer expondo-a a controles extra-intelectuais empobrecedores e sufocantes. [...] Onde os jornalistas não podem desempenhar criadoramente os seus papéis intelectuais eles se neutralizam como influência dinâmica, contando muito pouco ou não contando nada como força impulsionadora do crescimento da secularização da cultura dos padrões médios de democratização da sociedade. (apud MEDINA, 1982, p. 194).

A oposição entre jornalistas fazedores e intelectuais pensadores é artificial. As fronteiras entre pensar e fazer são nebulosas. Não obstante, existem diferenças entre um e outro papel social. Quais são elas?

A resposta possível não parece residir num suposto poder de análise que seria mais desenvolvido nos acadêmicos, enquanto os jornalistas teriam naturalmente melhores *insights* criativos. Outros fatores, como o tempo para a conclusão de um trabalho e o emprego de linguagem coloquial, por exemplo, surgem menores, meramente circunstanciais, nessa equação.

No nível mais profundo de produção de conhecimento, de rigor na observação – tomemos os riquíssimos exemplos fornecidos pela grande reportagem – e de missão e responsabilidade social, a verdade é que não há maiores fronteiras, senão ilusórias. A propósito, inúmeras reportagens de maior fôlego não só têm servido de subsídio para pesquisas em Ciências Sociais e Humanas como frequentemente elas mesmas têm se tornado importantes documentos sociológicos, antropológicos e históricos repletos de reflexão crítica e analítica contextualizada e de vitalidade.

Há exemplos internacionais, como *Os dez dias que abalaram o mundo*, documento importante sobre a Revolução Russa escrito por John Reed em 1917, *Hiroshima*, de John Hersey, com sobreviventes da bomba atômica na Segunda Guerra; e nacionais, em João do Rio, em *Os sertões*, de Euclides da Cunha, entre centenas de outros.

De transmissor a narrador: desconstrução de estereótipos sobre jornalistas

Assim, quando liberto da amarra de um *deadline* imediato, o jornalista logra resultados potencialmente tão convincentes e sólidos, tão inspiradores e reveladores quanto os de qualquer pesquisa social.

O sociólogo Luiz Gusmão, em entrevista ao repórter Rafael Cariello na *Folha de S.Paulo*³ por ocasião do lançamento de seu livro *O fetiche do conceito*, questiona a razão pela qual o “conhecimento proporcionado pela análise de um historiador marxista seria mais amplo, teria maior valor, do que aquele oferecido por uma biografia desprovida de jargões técnicos ou sociológicos.” E indaga por que, afinal, “a análise de um cientista político seria mais fecunda do que um comentário sobre o mesmo fato, ainda que extremamente arguto e inteligente, feito por algum marqueteiro ou por um mero jornalista.”

Analisando o melhor da produção jornalística nacional, convivendo com os atores desse campo em suas múltiplas vertentes e manifestações, fica claro que, embora não se possa considerar todo jornalista um intelectual (assim como não se deveria considerar todo sociólogo ou todo filósofo um verdadeiro intelectual), a oposição entre jornalistas e intelectuais é não apenas falsa, mas também contraproducente. Na realidade, para quem não ignora as múltiplas manifestações e modos de produção de conhecimento, a realidade é clara, porém complexa: há intelectuais atuando em diversas frentes no Brasil, muitos bastante distantes dos muros da academia.

44 |

2.5 O jornalista, o intelectual e o docente

O trabalho do professor em sala de aula é, por natureza, complexo. Não se deixa reduzir a fórmulas pré-fabricadas. A atividade de aprendizagem, o protagonismo do aluno que as modernas teorias pedagógicas propõem, tudo isso pressupõe um esforço colaborativo na direção de um pensar que é *também* um fazer. Negligenciar isso e sedimentar a dicotomia entre jornalistas e intelectuais, fazedores e pensadores, é, de certa maneira, trair a missão docente, contribuindo para estreitar as fronteiras do pensamento.

³ *Folha de S.Paulo*, caderno *Ilustríssima*, dia 27 de março de 2011. Na mesma reportagem, Cariello cita palavras de Fernando Henrique Cardoso: “A obsessão [nas Ciências Humanas no Brasil] era fazer ciência. Para que se tenha uma ideia de nossa dedicação a essa postura, andávamos de avental branco – como se fôssemos cientistas.”

Sobre o papel do professor na modernidade, Rorty diz que é o de "agitar os garotos" e instigar "dúvidas nos estudantes sobre as imagens que eles têm de si e da sociedade a qual pertencem", "desafiando, desse modo, o consenso prevalecente." (1999, p. 127-128).

Complementarmente, Bauman escreve:

Obviamente, nem todos os que exercem o papel de educador aceitarão o desafio e adotarão esses objetivos como seus. Os gabinetes e corredores das universidades estão cheios de dois tipos de pessoas - alguns "conformados aos critérios já bem definidos para dar contribuições ao conhecimento" e outros tentando "expandir sua imaginação moral" e ler livros "para ampliar o senso do que é possível e importante - seja para eles próprios como indivíduos ou para a sociedade". O apelo de Rorty se dirige ao segundo tipo de pessoa, já que suas esperanças estão apenas nessa categoria. E ele sabe muito bem quais são as desvantagens que terão de ser enfrentadas pelo professor capaz de responder ao toque do clarim. (2007, p. 22).

Desmontar estereótipos – ou, ao menos fazer todo o esforço possível para desestabilizar os alunos em suas certezas pré-concebidas –, é, portanto, parte de nossa missão docente. Mormente na contemporaneidade, em que o *Google* e a *Wikipedia* parecem suprir todas as necessidades conteudísticas de grande parte dos estudantes, é a atitude de crítica e contestação, inclusive de si próprio, que o professor deve estimular.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalista não divulga, constrói mundos. Não é uma máquina, mas um narrador: um autor das narrativas da contemporaneidade.

Salientando essa noção – complexa, compreensiva, polissêmica e polifônica – o docente tem a oportunidade de contribuir para desfazer um mito que há pelo menos 50 anos circula no meio acadêmico e no mercado jornalístico, que é o de que uns pensam (mas são passivos e lentos) e outros agem (mas são superficiais e ingênuos).

Pensar complexamente a questão do papel do jornalista e do jornalismo na sociedade contemporânea é pensar dentro de um sistema de contradições que desafia, muitas vezes, o senso comum. Naturalmente haverá exemplos – mais do que gostaríamos, evidentemente – que comprovem um ou outro estereótipo. Assim como haverá exemplos empíricos de outros tantos

De transmissor a narrador: desconstrução de estereótipos sobre jornalistas

estereótipos: o muçulmano que pratica terrorismo, o francês esnobe, o judeu sovina e assim por diante.

Persistir em uma estratégia de ensino que negligencie o poder desses estereótipos ou, pior ainda, os reforce, ainda que acidentalmente, é persistir em uma visão míope de processos e pessoas no mundo.

Se o papel do docente contemporâneo é desafiar as pré-concepções de seus alunos, como querem Bauman e Rorty, um excelente meio de começar é mostrar aos alunos de jornalismo que a visão do jornalista como transmissor de informações faz parte de uma visão excessivamente mecanicista inadequada para os tempos atuais. É uma oportunidade para discutir estereótipos em geral, de maneira mais ampla, e como a mídia (e nós mesmos, todos nós) muitas vezes os propaga. É uma oportunidade para desestabilizar certezas, como querem tantos ramos da ciência contemporânea (a Física Quântica, a Economia Comportamental, a Psicologia) e mostrar que no jornalismo, e no ensino do jornalismo, nem tudo é o que parece. Incentivamos, assim, a formação de um espírito crítico e questionador.

Além de trabalhar com preconceitos diversos, dialogando sobre suas origens e funções sociais, o professor pode aproveitar a oportunidade surgida na discussão sobre o que é ser jornalista para introduzir o estudo da epistemologia da complexidade, tão importante para pensar o jornalismo hoje, e para lançar um desafio permanente aos seus alunos: deixem a transmissão para as máquinas, para os robôs que já são capazes de redigir notícias inteiras. Sejam, pois, humanos, demasiadamente humanos. 

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BLASQUES, Márcia Aparecida. **Navegar é preciso: jornalismo, autoria e colaboração**. 2010, 221 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 out. 2013.

CARIELLO, Rafael. Fetiches conceituais das ciências humanas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. 3, 27 mar. 2011.

FAUSTO NETO, Antonio. **Comunicação e mídia impressa:** estudo sobre a AIDS. São Paulo: Hacker, 1999.

KUNSCH, Dimas A. **Maus pensamentos:** os mistérios do mundo e a reportagem jornalística. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

LAGE, Nilson. **A reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LOPES, Fernanda Lima. Política e epistemologia no debate sobre implantação das primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil. **Parágrafo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 98-116, ago./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/224>>. Acesso em: 10 out. 2015.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação.** São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Profissão jornalista:** responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MEDITSCH, Eduardo. Oportunidade para o reencontro entre teoria e prática. **Observatório da Imprensa**, 25 fev. 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed787_oportunidade_para_o_reencontro_entre_teorica_e_pratica>. Acesso em: 22 set. 2015.

PHILIPS, Barbara. What is news? Novelty without change? **Journal of Communication**, Washington, v. 26, n. 4, p. 87-92, dez. 1976. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1460-2466.1976.tb01941.x/abstract>>. Acesso em: 17 out. 2015.

RODRIGUES, Marília Giselda. **O “repórter Shiva”?** Práticas discursivas e atividade de trabalho do jornalista em tempo de mudanças. 2013, 207 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

RORTY, Richard. The humanistic intellectuals: eleven theses. In: _____. **Philosophy and social hope.** Nova York: Penguin, 1999.

STRELOW, Aline. O estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 2000 a 2010. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 25, p. 67-90, jul./dez. 2011. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/22405>>. Acesso em 2 nov. 2015.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas.** São Paulo: Summus, 1993.

TUCHMAN, Gaye. Objectivity as strategic ritual: An examination of newsmen's notions of objectivity. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 77, n. 4, p. 660-679, jan. 1972.

_____. **Making news.** A study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.